



Desenvolvimento em Questão

ISSN: 1678-4855

ISSN: 2237-6453

davidbasso@unijui.edu.br

Universidade Regional do Noroeste do Estado do

Rio Grande do Sul

Brasil

CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS A PARTIR DE UM NOVO OLHAR DENOMINAL E CONCEITUAL: CIDADES DE COMANDO REGIONAL

Gomes Lima, Juscelino; Leandro Lima da Silveira, Rogério

CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS A PARTIR DE UM NOVO OLHAR DENOMINAL E CONCEITUAL: CIDADES DE COMANDO REGIONAL

Desenvolvimento em Questão, vol. 16, núm. 42, 2018

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75253741004>

DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2018.42.8-41>

CIDADES MÉDIAS BRASILEIRAS A PARTIR DE UM NOVO OLHAR DENOMINAL E CONCEITUAL: CIDADES DE COMANDO REGIONAL

Juscelino Gomes Lima
Doutorando em Desenvolvimento Regional pela
Universidade de Santa Cruz do Sul, Brasil
geocelino@hotmail.com

DOI: <https://doi.org/10.21527/2237-6453.2018.42.8-41>
Redalyc: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=75253741004>

Rogério Leandro Lima da Silveira
Doutor em Geografia Humana pela Universidade Federal
de Santa Catarina. Professor do Programa de Pós-
Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade
de Santa Cruz do Sul, Brasil
rlls@unisc.br

Recepção: 29 Setembro 2016
Aprovação: 05 Abril 2017

RESUMO:

No presente texto, pretendemos apresentar uma alternativa denominacional e conceitual para o agrupamento de cidades, qualificadas como médias. Colabora nesse objetivo, a identificação de outros novos elementos de análise que fundamentam o constructo conceitual, fato que soma contribuições para o avançar do debate sobre tais cidades, de fortes representações e expressividades, marcadamente regionais. Metodologicamente, optamos pela revisão de literatura e análise bibliográfica sobre a temática, promovendo um diálogo entre autores, de diferentes linhas teóricas, no campo da geografia, da economia e do planejamento urbano regional. A partir deste diálogo, resulta um novo olhar teórico e conceitual junto a literatura urbana regional: a organização de um quadro sintético, a partir de diferentes pensadores, contendo amostragens de elementos que foram e podem ser considerados na reflexão sobre tais cidades. A partir dessa amostragem é sugerida uma nova proposição denominacional e conceitual: "Cidades de Comando Regional".

PALAVRAS-CHAVE: Transformações urbanas, Cidades médias, Região.

ABSTRACT:

This study aims to introduce a denominational and conceptual alternative to the cities grouping, qualified as medium. The identification of other new analysis criteria which grounds in the conceptual construct, what contributes to a forward-looking of the discussion about these cities of strong representations and expressions, remarkably regional. Methodologically, we opted for literature review and bibliographical analysis on the subject, promoting a dialogue between authors, of different theoretical lines, in the field of geography, economics and regional urban planning. As from this dialogue, it results a new theoretical and conceptual look along the urban regional literature: the organization of a synthetical profile, starting from different thinkers, containing elements sampling which were and may be considered in these cities reflection. As of this sampling is suggested a new denominational and conceptual proposition: "Command Regional Cities".

KEYWORDS: Urban transformations, Medium cities, Region.

Partindo do senso comum, muitas vezes, quando pensamos em cidades, tradicionalmente recorremos à noção de seus tamanhos. Se é demasiadamente grande, é denotada de imediato como desenvolvida, envolta de progresso material, um ótimo lugar para se viver, dada suas capacidades e potencialidades, seja para um recorte regional ou nacional. Caso contrário, quando menores, não passam de uma representação construída no espaço, de pouca importância regional, de grande dependência a outros centros urbanos, além de serem deficitárias infraestruturalmente. Desse ponto de vista, somos levados a imaginar, uma classificação de

tamanho que há entre a grande e a pequena cidade: a média cidade, marcada por certa representatividade e/ou importância.

O conhecimento das espacialidades urbanas, através da classificação em grandes, médias e ou pequenas, tende a nos induzir a vê-las, quase sempre, em sentido quantitativo, quando, na verdade, independente de suas dimensões espaciais e importâncias inter e/ou intrarregionais, são, sempre, na escala intraurbana, fragmentadas e articuladas, “reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas” (CORRÊA, 2002, p. 9).

Pensando dessa forma e pretendendo, a partir daqui, contribuir com o debate proposto, algumas questões nos inquietam: Quais critérios convergem para a definição das terminologias das cidades, particularmente, as denominadas cidades médias brasileiras? Não estaria a falta de um consenso acerca do uso do termo médio e suas variantes para estas cidades enrijecendo o avançar dos debates acadêmicos? Até que ponto, o termo médio, sobre estas cidades, dá conta de explicar as realidades ímpares em diferentes recortes regionais do país?

Cabe, antes da investigação, pontuar que estes questionamentos não ensejam a anulação e/ou a contrariedade dos debates até então numéricos e qualitativamente existentes, pelo contrário. Se assim fosse, não teríamos condições de um diálogo mais aprofundado. A questão versa sobre a possibilidade da persistência das nomenclaturas que ainda colaboram para a ideia quantitativa do que são e do que representam estas cidades, daí a proposição conceitual como alternativa para um novo debate entre as diferentes áreas do saber interessadas.

Nesse sentido, importa informar, também, que não é nossa pretensão induzir a negação do sentido existencial da qualidade adquirida a partir do termo “médio” sobre as cidades assim classificadas, mas refletir que aquele termo, e seus correlatos, do ponto de vista da complexidade metamórfica pela qual estas cidades estão atravessando, não conseguem mais dar conta do que são e representam as mesmas, seja na escala regional ou nacional.

A abrangência do novo sentido denominacional e conceitual, se refere a todas e quaisquer cidades, dentro de seu contexto regional de localização, detentoras de dinâmicas de transformações acumuladas. Por se caracterizarem por um processo de transição, tais cidades, tradicionalmente no bojo da hierarquia urbana nacional, ainda recebem uma denominação de valor e senso quantitativista.

Mediantes as inquietações, alertamos que não pretendemos encerrar o debate para as respostas das longínquas e ricas discussões sobre o tema em exposição, uma vez que, tão importante quanto “definir preteritamente a escala de abordagem da investigação é a não definição do centro urbano como cidade média antes da realização da pesquisa, uma vez que a cidade deve ser primeiramente analisada para depois ser definida como média [...]” (OLIVEIRA; SOARES, 2014, p. 119).

No presente texto, pretendemos apresentar uma alternativa denominacional e conceitual para o agrupamento de cidades, qualificadas como médias. Colabora nesse objetivo, a identificação de outros novos elementos de análise que fundamentam o constructo conceitual, fato que soma contribuições para o avançar do debate sobre tais cidades, de fortes representações e expressividades, marcadamente regionais.

Optamos metodologicamente pela realização de uma revisão bibliográfica sobre a temática em tela, promovendo um diálogo entre autores de diferentes linhas teóricas. Contribuem aqui Amorim Filho e Serra (2001), Branco (2006), Corrêa (2002, 2007), Sposito (2007), entre outros. A partir deste diálogo, resulta um novo olhar denominacional e conceitual junto a literatura urbana regional: a organização de um quadro sintético, a partir de diferentes pensadores, contendo amostragens de elementos que foram e podem ser considerados na reflexão sobre tais cidades. A partir dessa amostragem é sugerida uma nova proposição denominacional e conceitual: “Cidades de Comando Regional”.

O artigo é constituído de quatro seções, a saber: Tamanho é documento? Debates e divergências conceituais sobre cidades médias; Inscrição da cidade na Região: quadros de uma orientação política; Cidades de Comando Regional: Nova perspectiva denominacional e conceitual e À guisa de uma conclusão. Na primeira seção, são apontadas algumas das principais diretrizes teóricas e conceituais que tradicionalmente têm

fundamentado o conceito de cidades médias. Já a segunda parte, aborda a inserção da cidade no contexto regional, mostrando suas nuances, orientadas por interesses políticos, considerando os desafios de sua integração nas escalas dos investimentos produtivos. A apresentação de uma proposta teórico e conceitual é reservada ao terceiro momento do escrito. Finaliza a composição, além de um breve panorama conclusivo, norteado por respostas às perguntas tecidas em parágrafos iniciais desta introdução, a lista de referências teóricas, com as quais travamos diálogos.

TAMANHO É DOCUMENTO? DEBATES E DIVERGÊNCIAS CONCEITUAIS SOBRE CIDADES MÉDIAS

O termo cidades médias advém da literatura e pensamento francês: *villes moyennes*. Tal denominação inaugural resulta de esforços de políticas de descentralização territorial – o *aménagement du territoire* – marco influenciador da construção de nosso pensamento teórico e conceitual acerca destas cidades. É creditado a Rochefort, em importante trabalho acadêmico francês, esta inauguração, ao sintetizar as formas de organização urbana da Alsácia, em três níveis hierárquicos e funcionais na rede urbana francesa: grandes cidades, cidades médias e organismos urbanos elementares.

Em âmbito internacional, o debate sobre o conceito de cidade média historicamente tem evoluído, assumindo ao menos duas perspectivas, que, em realidade, não são contraditórias, mas complementares. Uma primeira perspectiva está vinculada à dimensão urbana propriamente dita, destacando a importância de um tamanho ideal de cidade econômica e socialmente equilibrada, entre as pequenas e grandes cidades ou metrópoles.

Partindo deste primeiro momento e considerando a evolução do pensamento urbano, é sobretudo, a partir do começo do século 20, com as propostas da “cidade-jardim” de Ebenezer Howard, em 1902, e da “cidade radiante”, de Le Corbusier, em 1933, que as discussões ganham amplitude. O pensamento de Howard se fez notorizado pelas preocupações da intensa urbanização e suas consequências oriundas dos rápidos processos permitidos a partir da Revolução Industrial (HALL, 2002; CHOAY, 2003).

Diante da problemática, Howard (1996) elaborou um documento síntese, demonstrando as vantagens e problemáticas das ocupações nos ambientes urbanos e rurais da época. O mesmo dizia que ambos os espaços atuariam como “ímãs”, atraindo as pessoas para si. Nesse contexto, tais espaços teriam seus papéis e determinações na sociedade. Assim, as cidades, dado o fascínio e a possibilidade de melhores oportunidades de vida, atraíram grandes parcelas populacionais do campo.

O autor, então, sugeriu a recondução das populações ao campo, argumentando a possibilidade de criação da cidade-campo (Town-Country) alicerçada no desenho de uma nova cidade, com diferenciações em suas estruturas e dimensões (campo e cidade), oportunidade em que seu ideal ficara conhecido como “cidade-jardim”, condutora de “uma nova esperança, uma nova vida, uma nova civilização” (HOWARD, 1996, p. 110).

Le Corbusier, por seu turno, propôs um modelo de urbanismo racional, assentado nos princípios do zoneamento funcional, considerando os usos do solo urbano e do planejamento normativo racional. Estava em jogo, a necessidade de conseguir equilibrar a preservação ambiental, o homem e a expansão da cidade. O mesmo entendia que a cidade deveria se apresentar como *locus* ideal para permitir alcançar o equilíbrio entre crescimento, funções e vida cotidiana dos moradores, tal qual as partes do corpo humano em seu processo de desenvolvimento. A partir deste pensamento, o desenho da “cidade radiante”, tinha similitude e carga ideológica referente ao crescimento e desenvolvimento das partes dos seres humanos.

Uma segunda perspectiva, diretamente ligada ao constructo conceitual de cidades médias, surgiu na Europa, a partir do pós-Segunda Guerra mundial, preocupada em superar os desequilíbrios regionais e em promover o desenvolvimento regional. Nesse novo contexto, as cidades médias passam a representar para os planejadores regionais uma alternativa de solução para superar o intenso, o desigual e o concentrado processo de urbanização, em curso nas áreas metropolitanas. Nessa perspectiva, as cidades médias, no âmbito

da política regional, caracterizadas por aglomerações urbano-industriais, passam a ser pensadas, como propôs Perroux (1955), como “polos de crescimento”, capazes de superar os desequilíbrios regionais nos territórios nacionais (MARQUES DA COSTA, 2000; CAMAGNI; GIBELLI, 1997; CATTAN et al., 1994).

A definição de cidade média em âmbito internacional revela justamente a dificuldade e mesmo a insuficiência de se encontrar um critério assentado exclusivamente na dimensão física e populacional, diante da diversidade dos sistemas urbanos nacionais e especificidades das redes urbanas existentes em cada país. Por isso, um dos fatores que dificulta definir um valor quantitativo geral, é justamente o fato da dimensão da cidade média variar de acordo com a escala de análise (MARQUES DA COSTA, 2000).

O quadro a seguir, ilustra melhor essa diversidade, considerando o parâmetro demográfico quantitativo que tem sido usado, enquanto critério de definição da cidade média em diferentes países e regiões do mundo.

País / Instituição	Faixa de tamanho demográfico (habitantes)
Alemanha	150.000 – 600.000
Argentina	50.000 – 1.000.000
Banco Mundial	Até 1.000.000
Brasil (IBGE)	100.000 – 500.000
Dinamarca	Menor que 100.000
Espanha	30.000 – 130.000
Estados Unidos	200.000 – 500.000
França	20.000 – 100.000
Grécia	10.000 – 100.000
Irlanda	50.000 – 100.000
Itália	50.000 – 300.000
ONU	100.000 – 3.000.000
Paquistão	20.000 – 100.000
Portugal	20.000 – 100.000
Reino Unido	150.000 – 600.000
Suécia	50.000 – 200.000
União Européia	20.000 – 500.000

Quadro 1 – Classificação demográfica das cidades médias

Fonte: SOUZA et al. (2007, p. 7).

Assim, enquanto a ONU, em 1996, durante a Conferência Mundial Habitat II, em Istambul, considerava como cidades médias, aquelas que possuíam entre cem mil e 3 milhões de habitantes, buscando definir um padrão quantitativo mais geral que pudesse ser aplicado para o conjunto diverso de países, na escala das regiões continentais e dos países, se processava a promoção de grandes diferenciações nos parâmetros quantitativos que passaram a orientar essa definição.

Essa heterogeneidade nos parâmetros quantitativos adotados revela bem a dificuldade de sustentar a definição de cidade média unicamente a partir dos critérios relacionados a sua dimensão física e demográfica, bem como a dificuldade em proceder estudos comparativos entre países e também estudos numa perspectiva temporal (MARQUES DE SOUZA, 2000).

Uma outra linha de abordagem, vinculada a segunda perspectiva em apontamento, é a que busca definir a cidade média como aquela além da dimensão demográfica, mas, sobretudo, a partir das funções urbanas desempenhadas pela mesma. As cidades médias são então definidas por se encontrarem nos estratos intermediários da hierarquia urbana e, nessa condição, desempenham funções compatíveis com a sua posição na rede urbana nacional. Nessa linha de abordagem, as cidades médias passaram a ser vistas como elementos estratégicos para a construção de redes urbanas mais equilibradas e como propulsoras do desenvolvimento regional (ESPON, 2007).

Como bem lembra Ferrão (1995) e Marques de Souza (2000), há no entanto, muitas dificuldades em se conseguir definir as cidades médias, a partir de critérios demográficos e funcionais, que estão, por sua vez, relacionados a vários fatores, como o diverso grau de urbanização e o sistema de povoamento existente

em cada país, além do próprio conceito de urbano, que assume significados e definições formais e oficiais diferentes em cada país.

Há também fatores relacionados aos diferentes tipos de organização político-administrativos aos diferentes e desiguais níveis de desenvolvimento econômico e social de cada país e região em âmbito internacional. Isso implica, portanto, que, para podermos definir o conceito de cidade média, devemos compreender as diferenças e os contextos regionais onde essas cidades estão inseridas.

No Brasil, da nomenclatura cidade média, muitas outras foram derivadas: “intermédia e/ou intermediárias” e de “porte médio”. O uso do primeiro termo, no entendimento de Sanfeliu e Torné (2005), diz respeito ao papel de articulação que tais cidades têm ao criar e tecer redes, e por introduzir e valorizar aspectos mais dinâmicos e estratégicos que abrem novas possibilidades de inserção nas escalas regional, nacional e mesmo internacional.

Colabora ainda nesse ponto, o pensamento de Bravo (1997), ao expor que o termo intermédia e/ou intermediário se faz em um formato:

esencialmente relativo, dependendo de su tamaño, de los límites demográficos establecidos, con base en diversos factores, entre los cuales se destaca, la extensión geográfica del contexto nacional respectivo. Las ciudades medias o intermedias corresponden a realidades territoriales caracterizadas por primacía de las relaciones y funciones urbanas; distintas formas de la relación con los entornos rurales regionales en que se inscriben; un tamaño poblacional medio en relación con la estructura nacional del país que le corresponde; nivel de especialización económica productiva suficiente y una perspectiva de desarrollo posible en función de los factores antes mencionados (p. 156).

É observado aí, a ideia de conexão, revelada em escalas de ligação, entre diferentes partes (cidades) de um território e/ou região. Ainda que não suscite diretamente a noção numérica, denota uma condição de estágio evolutivo pelo qual as cidades passam. A segunda derivação toma como parâmetro o critério populacional, que, por si só, não dá conta de explicar o que é uma cidade em processos dinâmicos de transformação, oportunidade para Santos (2005) nos mostrar que tais processos aceleram a organização espacial urbana, o histórico de sua formação, as atividades que nela são realizadas e os objetos de que estas dependem para se efetivar.

Ainda na composição deste entendimento, Amorim Filho e Rigotti (2002, p. 10) informam que “[...] os limites definidores do pequeno e do médio não são universais ou ubíquos [...]”. Acrescentam que “[...] um critério arbitrário como o volume populacional pode implicar em consideráveis modificações durante um dado período de tempo [...]”.

A princípio, as diferentes formas de denominação causam confusão, pois, do ponto de vista analítico e interpretativo, não se sabe, ainda, de maneira exata, se estamos diante de uma terminologia, definição ou classificação (FRANÇA et al., 2009). Uma visão complementar e avançada é a de Corrêa (2007), ao pronunciar a noção do que seria a cidade média, aquela derivada a partir de uma construção intelectual, e, enquanto tal, organizada em determinado conceito histórico e geográfico.

Por outro lado, o propalado termo médio, mensuraria as cidades como:

[...] aquelas nem tão pequenas, a ponto de limitar as possibilidades de crescimento econômico e intelectual de seus habitantes, e nem tão grandes, a ponto de onerar e até pôr em risco a vida da maioria de seus moradores. Os centros urbanos, nesse exemplo, seriam classificados como médios à medida que atendessem às expectativas dos moradores metropolitanos ou interioranos, que são, como sabemos, em parte, subjetivas (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p. 8).

A citação supra nos força a ver tais cidades como possibilidades de atendimento de necessidades das áreas metropolitanas. Esse fato reforçou o papel (para não dizer “missão”) dado a este agrupamento de cidades, na Europa, nos idos de 1970, fruto de planejamentos, com vistas ao melhor funcionamento dos territórios e suas redes urbanas. Tais cidades, apontam Ferrão, Henriques e Neves (1994), constituíram-se como as únicas salva-guardas, cujas dimensões garantiriam o processo de economias externas e às quais se associavam

outras de seu tamanho, dentro de um quadro regional, suficientemente aptas ao recebimento dos benefícios da concentração de atividades externas.

Para a realidade brasileira, tal interpretação ganhou sentido por meio dos projetos e políticas de ordenamento territorial, no final dos anos de 70, quando esses atributos foram sintetizados em:

a) interações constantes com seu espaço regional subordinado e aglomerações superiores; b) tamanho demográfico e funcional suficiente para desempenhar o papel de centro de crescimento regional; c) capacidade de receber e fixar migrantes servindo como pontos de interrupção do movimento migratório na direção de grandes cidades; d) e diferenciação do espaço intraurbano, com centro funcional e uma periferia dinâmica (AMORIM FILHO; SERRA, 2001, p. 10).

Como se vê, a expansão do uso do termo médio, ante as questões sociais problemáticas que, naquele tempo, já assolavam os grandes centros metropolitanos brasileiros, foi notorizada por impregnar a estes agrupamentos urbanos, os valores de prestatividade, de depósito produtivo dos grandes centros urbanos, além de terem sido pensados como núcleos urbanos fixadores de movimentos populacionais, rumo às grandes cidades, notadamente, as de áreas mais pobres.

Nessa perspectiva, a massa populacional (opcional e/ou forçadamente) deslocada para o seio das grandes cidades e constituída de visionários de uma melhor condição de vida (aparentemente garantida), encontrou sobre as cidades médias, uma opção de fixação fora dos quadros metropolitanos. A responsabilidade pensada para as cidades médias seria aí de uma “válvula de escape” aos problemas das gigantes urbes regionais brasileiras. Observa-se, que a tessitura do termo cidades médias no Brasil ganha sentido, além do descrito, e também o fato de fortalecerem uma conexão de relação entre as grandes e pequenas cidades.

A integração, pensada como uma “missão” dada a estas cidades, paulatinamente, foi também adicionada de um papel funcional de intermediação na dinâmica econômica regional, operando como “centros importantes nas redes de circulação de bens e serviços, uma vez que estão localizados nas posições intermediárias da rede urbana, estabelecendo relações entre as cidades de maior e menor porte” (SPOSITO, 2001, p. 631).

Em outra perspectiva, guiado pelas tendências da ampliada rede de conexões de comunicação e economia global, encontra-se o pensamento de Fresca (2011), expondo que a cidade média não necessariamente precisa ser ou estar como o elo entre as pequenas e grandes cidades, uma vez que a “globalização permite-nos ir além da simples relação entre duas cidades separadas apenas por um nível hierárquico. Ou seja, a população de uma cidade pequena não precisa recorrer mais à cidade média como elo à grande” (p. 19).

Nesse contexto, uma nova ordem urbana, notadamente, no interior da tradicional hierarquia urbana brasileira, vem sendo assistida fortemente desde a década de 90. São vislumbradas uma reorganização e uma reformulação dos papéis das cidades, bem como o posicionamento de importância regional e/ou nacional das mesmas, a partir de novos “diálogos” e capacidades de relacionamentos. Essa nova condição vem permitindo, portanto, nos últimos anos, o “surgimento de uma rede urbana embrionariamente policêntrica, com maior ou menor qualificação, no interior da região Centro-Sul, no Brasil Central, no Nordeste não litorâneo e em parcela do “arco da ocupação” da região Centro-Norte” (SIMÕES; AMARAL, 2011, p. 566).

Considerando ainda o uso de critérios balizadores para a construção nominal e definidores do que seria uma cidade média, se destacado, o seu tamanho populacional (se não o mais comum, o menos consensual). As discordâncias foram detectadas entre alguns estudiosos: Andrade e Lodder (1979), que consideravam cidades médias, centros urbanos com população entre 50 mil e 250 mil habitantes, e Santos (1994), que definiu cem mil como limite mínimo para as cidades médias, destacando sua capacidade funcional.

Outros posicionamentos ainda são válidos destacar, pois, na

visão da CEPAL, cidade média é considerada como sendo aquela cidade que apresenta uma população entre 50 mil e 1 milhão de habitantes; já para Soares (2005), as cidades médias são representadas por um tamanho populacional entre 200 mil a 1 milhão de habitantes; por sua vez Maricato (2001) coloca entre os limites de 100 e 500 mil habitantes [...] (STAMM; WADI; STADUTO, 2010, p. 73).

O não consenso a partir do critério demográfico (revelado apenas pelas quantidades) está longe de ser efetivamente adotado para compreensão das totalidades e particularidades urbanas em discussão, posto que, ano após ano, o repertório populacional é dinâmico, impreciso e variável nos seus respectivos contextos regionais de localização. Nessa oportunidade, lembramos Pereira (2005), que mesmo se valendo do uso da nomenclatura médio, colabora para avançar na definição para além dos números: a valorização da capacidade funcional. Seu pensamento sinaliza, para tal, os indicadores de níveis de consumo e o comando técnico da produção, elementos-chave para a definição do papel destas cidades na rede urbana.

A funcionalidade assumida, diferente daquela do planejamento adotado no Brasil nos idos dos anos 80, dentro de sua área de localização, agora é pautada em sua capacidade de “funções e, principalmente ao papel que desempenham na rede urbana regional, nacional e internacional” (BRANCO, 2006, p. 246). A capacidade assumida é reflexo das transformações econômico e produtivas experimentadas em âmbito nacional e mundial, principalmente a partir da falência do modelo fordista e ascensão do novo paradigma produtivo denominado de acumulação flexível.

As reestruturações produtivas capitalista e espacial foram materializadas em selecionadas partes regionais no país, seja em ofertar bens e serviços, seja ainda pela disposição e possibilidades à serventia de reprodução desigual dos investimentos, permitindo às ditas cidades médias, a capacidade de serem “centros urbanos com condições de atuar como suporte às atividades econômicas de sua hinterlandia” (PONTES, 2006, p. 329).

O amadurecimento destas diferentes visões, nas diversas literaturas e entre distintos pensadores (de cunho quantitativo e qualitativo), nos leva a crer, não à toa, em diferentes escalaridades de localização (local x regional x nacional x internacional) e recortes de tempo, na importância que as cidades denominadas médias vêm ganhando. Não é, contudo, a denominação que lhes é dada, e, suas distintas conceituações até aqui expostas, que satisfazem suas realidades atuais, pois assistimos, dada as dinâmicas das mesmas, a uma forte reestruturação, reorganização e novas ocupações de patamares na rede urbana brasileira, o que nos convence que o termo cidade média e seus correlatos não assumem mais função explicativa e condições para reflexão.

O dinamismo, a partir deste agrupamento de cidades, nos dá, portanto, provas e condições para que as vejamos para além da expansão dos limites físicos: como novos lócus econômicos; receptores e indutores de importantes transformações sociais; comando e reorganização regional; um novo sentido de uso e existência do território, via Cidades de Comando Regional (denominação e conceituação que exporemos logo mais adiante). Deste modo, respondemos então à interrogação que ilustra este primeiro subtítulo: tamanho não é documento, mas, sim, capacidades, papéis e determinações de comandos regionais que as cidades exercem.

Além dos critérios que são considerados para a composição e tentativa conceitual, gostaríamos de ampliar o leque, informando de que nada adianta perceber tais agrupamentos de cidades, enaltecendo seus cenários evolutivos de representação regional e/ou nacional, revelados em incríveis números nos variados setores (econômicos, sociais, políticos, entre outros), se não pensarmos que tais quadros de transformações são uma espécie de reprodução de condições de uma “segunda Capital”, fora da Capital dos seus Estados de origem.

Esclarecendo: se considerarmos a dinâmica de estabelecimento de novos arranjos produtivos (na trajetória de organização dos respectivos espaços), e as ações dos diferentes agentes produtores do espaço urbano, por meio de diferentes atuações e pretensões sobre o uso da terra urbana que, muitas vezes, são alinhadas (e motivadoras) de determinações políticas de gabinetes (construção e efetivação tecnocrática centralizada), teremos em comum entre a grande maioria destas cidades: a exaltação da terra urbana como importante mecanismo de troca e uso para os agregados do capitalismo, ampliando, assim, um quadro de desamparados sociais que efetivamente não participam e/ou se beneficiam desse progresso material. Temos aí, então, a necessidade de uma agenda política que veja tais cidades a partir de suas reiteradas realidades, semelhança e imagem do que se processou e acumulou em tempos pretéritos nos grandes centros metropolitanos.

INSCRIÇÃO DA CIDADE NA REGIÃO: QUADROS DE UMA ORIENTAÇÃO POLÍTICA

As acumuladas transformações socioespaciais que o Brasil experimentou em fins da década de 80 e durante os anos 90, sinalizaram novos rearranjos sobre a sua rede urbana, oportunidade em que os novos padrões de localização das relações de produção e reprodução do capitalismo imprimiram novas marcas em selecionadas cidades, fora dos quadros metropolitanos, evidenciando a forte relação das cidades (interioranas) e seu recorte regional, configurando-se aí, como novas entidades “oriunda da integração de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas” (HORTÊNCIO, 2015, p. 6).

A integração, segundo os moldes planejados e apontados anteriormente, seja na Europa e/ou no Brasil, guarda em si os motivos da força da urbanização no interior de nosso país, evidenciando potencialidades regionais para investimentos até então desprezados. Este fato, não por acaso, tem desde aí, orientado novos olhares e perspectivas de análises sobre estes novos quadros urbanos, fato que merece apontamento, a partir dos esforços de síntese das seguintes publicações: “Caracterização e Tendências da Rede Urbana no Brasil” (INSTITUTO...; INSTITUTO...; NÚCLEO..., 1999); “Rede Urbana Brasileira” (INSTITUTO..., 2008), além do documento intitulado “Regiões de Referência III: Estudo da dimensão territorial para o planejamento” (MINISTÉRIO..., 2008).

A expansão e amadurecimento desse debate, em diferentes recortes de produção do conhecimento, vêm provocando a reflexão em torno dos papéis assumidos pelas conhecidas “cidades-regiões” ou, ainda, as “cidades-regiões globais”. Nesse sentido, as contribuições que propõem outras perspectivas teóricas mais recentes estão em: Albuquerque, (1999), Agnew, (2000), Scott et al., (2001), Geiger, (2001) e Klink, (2001). A inserção e soma dos termos cidade e região, a nosso ver, além de serem complementares (e justificáveis) às realidades que edificam, colaboram para a minimização do valor quantitativista ainda percebido sobre as cidades médias e, assim, oferecem a persistência da defesa de outras nomenclaturas correlatas.

A inscrição da cidade no contexto de relações com outras unidades municipais e áreas rurais a sua região, se faz autenticada pelos relevantes cabedais de investimentos produtivos (por meio de diferentes externalidades assim orientadas), faceta ímpar da lógica de flexibilização da produção, conduzindo, assim, a “rápidas mudanças dos padrões de desenvolvimento desigual, tanto entre setores quanto em regiões geográficas” (HARVEY, 1996, p. 140).

A importância assumida das ditas cidades (médias) nesse processo, junto de outras áreas (municipais e rurais) de influência, é a de uma soma de totalidades dentro de outras totalidades. Esse fato é comprovado quando da materialidade de condições, em pontos específicos destas cidades. Assiste-se, então, ao uso da terra urbana para moradias de médio e alto padrão. Novos fixos, a exemplo de redes de lojas, de variados segmentos comerciais, clínicas de saúde e estética, pet shop's, entre outras, ao tempo que são orientados para suas localizações em lugares estratégicos no contexto da malha urbana, também, movimentam e alienam os diferentes e dependentes fluxos de pessoas, capitais e condições.

Nesse movimento dinâmico, bairros e ruas são refuncionalizados. Novas centralidades e ou subcentralidades urbanas são erguidas. Antigos prédios, recortes memorialísticos da história local passada, são apagados e/ou descaracterizados pela necessidade de sobreposição do novo sobre o velho. Novas ruas e avenidas, por meio do progresso material no espaço urbano, usurpam o resto do conjunto ambiental ainda sobrevivente. Estes fatos em conjunto forçam a (re)organização interna destas cidades, criando condições das totalidades apontadas.

Temos aí um conjunto de condições, não totalmente elencado, para o desenho de um progresso e desenvolvimento urbano, em poucas décadas, experimentado por estas cidades. As novas formas, condições e conteúdos urbanos são bancados pela violência dos investimentos capitais. Reforçam estas, as alianças político-econômicas, por meio de programas tencionadores de integração e desenvolvimentos regionais, ambos, alienando o território a comportamentos de reprodução, estando tais cidades, nesse sentido,

desenhando a composição de um “novo regionalismo”, mensurado nos princípios da coesão de regiões, lançados à competitividade global, fato bem observado por Klink (2001).

Essa competitividade nos remete a lembranças em que a tentativa de manutenção de seus status quo, no cerne dialético e seletivo de investimentos capitais, tem base de sustentação em sua continuada formulação de imagem e marketing como tentativa a sua constante inserção no mercado competitivo com variados rebatimentos, em especial, os que “atingem o consumo, os modos de vida e as formas de apropriação do espaço, mediadas por novas formas de exercício do poder e pelas estratégias atualizadas das políticas urbanas” (SÁNCHEZ, 2003, p. 16). O exercício dessa elaboração implica mencionar as práticas do City Marketing.

Este na verdade, se reveste de um termo que passou a significar promoção ou, até mesmo, a capacidade competitiva da cidade, em diferentes escalas. Para tal, se enseja não apenas a possibilidade de melhoramento do tecido urbano, arquitetônico e infraestrutural, com vistas aos interessados investimentos externos, mas, sobretudo, ao avanço nos processos de adesão da cidade às novas tendências internacionais da reprodução dos investimentos capitalísticos, fato que justifica o ideal de que a “qualidade do espaço urbano encontra-se vinculada ao aumento da competitividade” (PEREIRA, 2013, p. 448).

Nessa perspectiva, a valorização do City Marketing, também seria fruto da atual conjuntura econômica mundial, na qual se desenharia uma situação cada vez mais instável para as cidades, com implicações em “seus modelos de desenvolvimento, suas funções e suas morfologias” (SÁNCHEZ, 1999, p. 17). Essas ideias vão ao encontro da nossa reflexão, que busca colaborar em uma apresentação nominal e composição conceitual. Ademais, a promoção das cidades adjetivadas de médias, seus papéis e determinações regionais acumulados, têm vinculação direta com os esforços políticos, na busca de inseri-las nas disputas competitivas e seletivas dos investimentos, valorizando sua localização na região.

A dimensão de transformações no interior das cidades médias resulta das perspectivas vantajosas que passaram a apresentar, conforme já discutido, quer seja para morar, quer seja, para investir. Esses motivos endossaram ao longo do tempo, os insustentáveis graus de saturação instaurada nos grandes centros metropolitanos no Brasil, dada a escalada de violência e desigualdades, historicamente acumulada. Se somam, ainda, os elevados tributos referentes ao uso da terra urbana, reforçadores da carestia de vida. É, mencionado, também, o avolumado conjunto dos problemas ambientais, em formatos diversos.

Conforme mencionado no último parágrafo do primeiro subtópico deste artigo, revelamos nossa preocupação em reconhecer que o dinamismo alcançado pelas cidades médias tende a formatá-la (em um futuro não muito distante) tal qual as grandes cidades, com seus respectivos problemas, espacial e historicamente acumulados. Faz defesa nesse sentido, a forte expansão e transformação física destas cidades, em diferentes partes do país, resultante de seu quadro de crescimento e dinamismo econômico, enquanto “caixa de ressonância” de suas regiões.

Diante disso, posicionamos três pontos que podem ajudar a pensar tais cidades sob a perspectiva do planejamento. Considerar a importância dos mesmos é instigar a renovação dos critérios formulados até então na eleição conceitual e nominal a estas cidades:

- a sempre necessária promoção de pactos territoriais, de cunho governamental municipal, uma vez que tende a haver o extrapolamento dos limites físicos destas cidades sobre outras ao seu entorno;
- dada a dinâmica de usos e valores do solo urbano, em diferentes perspectivas, contextos e recortes de tempo, as demandas sociais, empiricamente falando, são avolumadas e, na maioria das vezes, não são atendidas, fato que exalta as diferenças entre os que podem comandar e viver nas cidades;
- a ausência ou fragilidade de uma agenda política e social comprometida com as diferentes partes destas cidades em aceleradas dinâmicas. Isso contribui para o crescimento de problemas ambientais, o mau funcionamento da mobilidade populacional e a ampliação sem limites do circuito inferior da economia, além disso, crescentes parcelas da sociedade que não possuem acesso a itens essenciais à continuidade da vida, dada as parcas vagas em escolas, hospitais, creches, etc.

Como se percebe, as transformações destas unidades urbanas se fazem edificadas quase que pelos mesmos processos aos quais, as grandes cidades brasileiras, em tempos pretéritos, passaram e que sobre aquelas, tendem a se reproduzir. Como não se trata de um dinamismo fechado, mas, sim, articulado, em graus diferenciados, com outras unidades municipais da região polarizadas pelas cidades médias, as ações e orientações políticas em tal óptica fazem sentido.

Muitas das transformações foram motivadas pela relação conivente entre capital e exercício do poder político, historicamente processados nos diferentes recortes municipais. Como resultado, assistimos, no passado, como em tempo presente, a consecução de materialidades espaciais, reveladas por arquiteturas infraestruturais que dessem condições reprodutivas não apenas aos investimentos e investidores, mas que também viabilizassem facilidades de escoamento de capitais, mercadorias e pessoas no interior dos (entre) diferentes recortes regionais e territórios urbanos.

Pensando no frenesi de transformações a que tais cidades foram e/ou estão sendo acometidas, no bojo de seus recortes regionais, vislumbramos conclusivamente que as arquiteturas urbanas regionais de nosso tempo não se dão de forma una e isolada de condições pretéritas e tampouco foram pensadas por necessidades e/ou demandas historicamente regionais e locais. Em verdade, o que faz destas cidades e seus pedaços regionais escolhidos para investimentos é a lógica que Milton Santos (1996), que fala da ordem global. Esta busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. Nesse movimento, os lugares respondem ao mundo, consoante diversos modos embutidos em sua própria racionalidade.

As reflexões até aqui posicionadas, mais uma vez dão justificativas para a contribuição a uma renovação nominal e conceitual que propomos como Cidades de Comando Regional, em detrimento do uso costumeiro acerca do termo médio. É permitido, por meio desta proposição, um sentido de cidade menos quantitativo e mais participativo, uma vez que lhe é exigido o cumprimento de um protagonismo de comando coletivo. Temos, então, de forma dinâmica, atuando em conjunto, dentro de um quadro regional, três grandes representações com forças intrínsecas: sociedade, economia e política.

Reportando a este último, especificamente, entendemos o mesmo enquanto intermediador principal para consecução de projetos de articulação com outras unidades municipais, nas escalas regional, nacional e mundial, com vistas a um desenvolvimento urbano e regional. Enquanto tal, cria condições para uso do território urbano, como reprodução de uma forte mais valia, margeada pelas condições ditadas no contexto do mundo “moderno e globalizador” das relações.

Na produção de um roteiro de ambições políticas sobre tais cidades (que não são, necessariamente, as de sociedade), entretanto, vão havendo percas de garantia do direito à cidade. Nesse sentido, e considerando o que dizíamos anteriormente sobre a necessidade de repensá-las numa perspectiva de planejamento, estas cidades deveriam se apresentar como um “projecto colectivo e mobilizador alargando os horizontes de um viver em conjunto cimentado em interações sociais e políticas que alimentariam uma comunidade, e não o resultado de políticas públicas unilaterais” (SEIXAS, 2013, p. 17).

CIDADES DE COMANDO REGIONAL: NOVA PERSPECTIVA DENOMINAL E CONCEITUAL

As discussões postas até aqui arrolaram, além de inquietações no formato de reflexões teórico-conceituais sobre o que são ou representam as cidades médias, também contribuições para que enxerguemos que o termo “média” e suas variações não mais (ou dificilmente) conseguem dar sustentação conceitual e classificatória assumida por este agrupamento de cidades.

A defesa dessa ideia, já justificada anteriormente, nos instiga, por intermédio do diálogo e, a partir de autores referenciados (e muitos outros não mencionados), oriundos de diferentes orientações teórico-metodológica, contextos históricos e formações disciplinares distintas, a pensar a importância destas cidades, por meio de suas regiões. A importância de se pensar a cidade e região, no contexto do território usado

e fragmentado, pelas diferentes forças do capitalismo produtivo, é feita a partir de três abordagens que se entrecruzam.

A primeira é que é impossível estudar cidade e regiões, suas conectividades e cumplicidades, em suas particularidades, notadamente, quando da perspectiva das dinâmicas assumidas pelas ditas cidades médias, se não destacarmos a emergência de Redes Urbanas que se fazem entendida como “dimensão sócio-espacial da sociedade” (CORRÊA, 2006, p. 17).

A segunda, dito em parágrafos anteriores, é que as cidades (médias) são resultados de uma “corrida”, a partir de sua “venda” aos diversos investimentos, fato oportuno que lhes conferem capacidades de comando regional, pressuposto (mesmo que utópico) de um desenvolvimento regional. Se isso é verdade, então, podemos pensar que a região não é neutra. A mesma dá condições para que as cidades se apresentem como tal, mas, também, oferece oportunidade, em que a “região dá sustento à cidade ou, eventualmente, pode-lhe sugar forças” (SASSEN, 1998, p. 26). Esse sugar sugere certa independência das cidades de seus recortes regionais, haja vista a complexidade e a conectividade global das relações em quebrar barreiras e hierarquias de relacionamentos.

Uma terceira visão, e que busca superar o posicionamento da anterior, é a que evidencia a importância e a valorização de uso das escalas, na tentativa de compreensão das transformações espaciais, nas diferentes dimensões, momento em que Brenner (2013) convoca outras possibilidades de análises para a proposição de novas opções para tratamento, uso e aplicação das escalas geográficas.

Mencionar essas abordagens é reconhecer que as transformações territoriais urbanas no Brasil, particularmente, das últimas três décadas, resultam de articulações de interesses, envolvendo Estado e atores de poder hegemônico capital, associados com as transformações impostas pelo contexto da globalização. Estes fatos têm permitido a fragmentação de responsabilidades dos grandes centros metropolitanos e, assim, a emergência de papéis e funcionalidades para novas lógicas de organizações socioespaciais regionais, que vêm se dando a partir das denominadas cidades médias.

Avançando rumo ao objetivo do texto, lançamos mão de um Quadro síntese (Quadro 2, a seguir), no qual fizemos um esforço de reunir alguns elementos que tradicionalmente foram tomados para identificar e significar o conceito de cidades médias.

O Quadro foi construído a partir da análise de alguns pensadores que, para nós, são referências nesse debate. Nesse sentido, buscou-se identificar um conjunto de elementos adotados por autor, com vistas à compreensão da construção conceitual de cidade média. Foram organizadas cinco colunas, a saber: elementos adotados,¹ destinação,² papéis assumidos, atributos urbanos³ e agenda pensada.⁴ O elencar deste agrupamento revela, de fato, a forma e o sentido como se encaminharam os debates teórico-conceituais sobre cidades médias.

Teóricos	Elementos Adotados na definição	Destinação	Papéis assumidos	Atributos urbanos	Agenda pensada
Rochefort (1962)	Tamanho populacional; Organização interna; Relações externas.	Dispersão espacial da população e atividades econômicas	Revezamento de funções entre a maior e menor cidade	Não	Não
Andrade; Lodder (1979)	População entre 50 e 250 mil habitantes; Funcionalidade urbana, enquanto potencialidade econômica.	Marcada pelo acúmulo de subempregos, forte economia terciária e grande pobreza urbana.	Indutoras de desenvolvimento regional	Não	Não
Ferrão; Henriques; Neves (1994)	Inaugura nova tipologia entre as cidades: intermediárias; Posições estratégicas para investimentos, regionais e nacionais.	Nova tipologia, novas cidades do futuro; Renovação urbana por novas materialidades	Potencialidades urbanas conectadas às escalas nacional e internacional; Responsáveis pelo desenvolvimento regional	Valorização das condições ambientais/ ecológicas; Modernização das cidades, sinônimo de melhores qualidades de vida	Não
Amorim Filho; Serra (2001)	Aptidão na recepção/fixação de migrantes; Importância demográfica e funcional.	Mobilizador de movimentos migratórios às grandes cidades.	“Válvulas de escape” ao bom funcionamento do sistema capitalista produtivo; Assumem papel de articuladores e intermediários nas escalas regionais/nacionais	Condizentes para uma melhor qualidade de vida; Mantenedores de um patrimônio histórico e urbano.	Não
Sposito (2001, 2007)	Áreas de influências mediadas pelas distâncias espaciais e conectividades; Não inscritas nos quadros metropolitanos.	Espacialidades urbanas orientadas mais para o consumo do que para a produção; A partir de diferentes dinâmicas de integração, tem redefinido a rede urbana e os papéis das cidades médias.	Centros intermediários da economia; Polarizadores regionais; Fixadores de fluxos migratórios rumo às metrópoles.	Não	Não
Branco (2006)	Portes econômicos e demográficos; Diferenciados graus de urbanização e qualidade de vida.	Nós articuladores entre as grandes e pequenas cidades.	Influenciadores nos sistemas de redes regionais e nacionais; Capacidades para desenvolvimento regional.	Ofertas de infraestruturas e facilidades de circulação.	Não
Corrêa (2007)	Porte demográfico; Funções urbanas.	Integração econômica, funcionalidades urbanas e diferenciação demográfica comparadas às grandes metrópoles.	Posicionamento e localização geográficos privilegiados para os investimentos; Promotores de intensas interações espaciais.	Não	Não

Quadro 2 – Quadro síntese sobre discussões teórico/conceituais acerca das cidades médias

Fonte: Organização dos autores (2016).

Conforme se vê, na última coluna, prepondera o “não”, como item à resposta de uma necessária agenda de planejamento sobre as dimensões de problemáticas que um dia podem adquirir as cidades médias. Este fato se mostra ausente nas diversas literaturas e pensadores. Entendemos necessário incluir tal questão nos critérios que tentem avançar no debate teórico/conceitual para este agrupamento de cidades.

É importante perceber, por meio das contribuições analisadas, que algumas especificidades, a partir dos critérios contidos em suas produções, comumente, são evidentes:

- a dimensão populacional, como elemento-chave que tenta definir o que são cidades médias;
- o vetor de potencialização econômica, pressuposto de capacidade de polarização de seu entorno geográfico, o que nos remete a pensar no encaixe e interdependência entre cidades e suas regiões. Esse fato (associado a outros) nos permite raciocinar que o sentido de denominá-las ainda de médias foge da realidade à qual se apresentam e/ou representam;
- as cidades médias, no que se refere aos motivos de atração, para se viver e/ou investir, têm importância fortemente vinculada à capacidade infraestruturante e menos saturada, comparadas aos grandes centros metropolitanos.

A partir da reflexão posta, lembramos que a contribuição ao debate conceitual para este agrupamento de cidades, localizadas em recortes geográficos regionais distintos do Brasil, não tenciona ser uma totalidade

fechada de compreensões. Somos cientes que uma cidade com menos de cem mil habitantes (a exemplo de Picos/PI) e outra com 500 mil ou mais habitantes (a exemplo de Osasco/SP), numérico e qualitativamente são distintas. Os contextos de organização espacial, também são diferentes, mas ambas, têm algo em comum: o movimento de transformações e comando de um recorte regional convergem da capacidade de atração de fluxos de investimentos. Isto resulta em uma série de rebatimentos em seus conteúdos, qualidades de vida e posicionamento de importância na ordem da hierarquia urbana.

Lembrando da importância de uma proposição conceitual na construção do conhecimento científico, temos que a mesma se apresenta como um “instrumento metodológico do conhecimento que expressa a essência do objeto; essência esta que, no caso tratado, revela as leis de movimento de uma realidade regional: sua origem, desenvolvimento e, eventualmente, seu desaparecimento” (BREITBACH, 1988, p. 11).

Nesse processo, o papel das ciências no processo mobilizatório na produção dos (novos e sempre necessários) conhecimentos, se faz mensurado pelas capacidades de desvendar o mundo, “explicitando o conteúdo, organização e rebatimentos de seus fenômenos, nas diferentes escalas espaciais, oportunidade em que é possível “ler” as diversas realidades que se materializam nos diversos lugares” (LIMA, 2014, p. 141).

É nessa possibilidade que as muitas “leituras” em destaque são permitidas pelas ações empíricas de análise, momento em que os objetos de estudos conseguem transmitir impressões (geralmente superficiais), que, muitas vezes, não conseguem dar respostas precisas e definidas no processo investigativo sobre os objetos investigados.

As ciências, via arranjos metodológicos e instrumentais de trabalho, conseguem ratificar e/ou negar o que fora pensado, em termos hipotéticos construídos, no processo investigativo que o sujeito pesquisador se propõe a fazer. Assim, na relação empirista e metodológica há sempre a possibilidade conectiva entre os elementos do “real e ao mesmo tempo, a essência do objeto e a sua manifestação: entre elas há uma relação íntima, necessária e contraditória, cabendo à ciência desvendar essa relação” (BREITBACH, 1988, p. 20).

Nesse ínterim de movimentações da relação em apreço é que surge, então, a formulação de conceitos, e esta possibilidade “significa dizer que se teve acesso à essência do objeto, a partir do que podem ser percebidas as leis de movimento do real, seus desdobramentos, sua estrutura interna” (BREITBACH, 1988, p. 21).

A essência em questão é a que parte dos pressupostos teóricos aqui usados, na construção dos diálogos e considerando a realidade do que são e representam o cabedal das tarimbadas cidades médias, por isso propomos denominá-las de Cidades de Comando Regional. Estas, “seriam todas e quaisquer cidades, independente de seus tamanhos, mas dotadas de capacidades produtivas, com funcionalidades diversas e inseridas dentro dos diferentes circuitos de investimentos capitais, tomando por base, suas potencialidades regionais e respaldadas, por diferentes interações espaciais, responsáveis para processos de integração e/ou desenvolvimento regional”.

Ao que parece, esta tentativa conceitual tenta abarcar todos (ou quase todos, se não, os mais evidentes) os elementos embutidos nos critérios dos pensadores arrolados para esta discussão. Buscamos inserir, não apenas as dimensões populacionais, mas sobretudo, as econômicas, produtivas e de representação regional. O diferencial está em poder perceber que o vetor regional aparece explícito, atestando a ideologia de que não existem cidades sem regiões e vice-versa e, particularmente, suas funcionalidades, determinações e papéis que dialogam em diferentes escalas do território e mundo.

À GUIA DE UMA CONCLUSÃO

Um dos primeiros parágrafos da parte introdutória do presente texto fez algumas provocações. A colocação, além de intencional, foi necessária para a abertura da discussão aqui objetivada. Por meio dos diálogos com diferentes autores, pudemos ver como, historicamente, se deu a constituição e a escolha dos elementos para definição do que seriam as cidades médias. Alguns vários destes, mesmo depois de muito tempo, mantêm “vida” nos discursos e prateleiras acadêmicas. Talvez daí, ainda se pensar e defender tamanho populacional,

e grandeza física adquiridos sobre tais urbes, sejam fatores persistentes de defesa quantitativa que também denominam tais cidades.

Tomam carona nessa última defesa, a percepção da falta de um consenso acerca do uso do termo médio e suas variantes para estas cidades. Por meio desse fato, pensamos que, em algum momento, tal condição estaria enrijecendo o avançar dos debates acadêmicos. Foi dado aí, o mote influenciador para nossa proposição conceitual. Apontar uma alternativa nominal e conceitual não anula e nem pretende esgotar a discussão. Longe disso, buscamos animar o debate, sobre um novo holofote e que se faz guiado em várias direções de uso, pois, academicamente, a discussão das cidades médias é expandida para outras áreas do conhecimento. Este fato, a nosso ver, é importante e necessário, pois cria capacidades para que o direcionamento em destaque amadureça novos olhares, regule novos posicionamentos e desarme velhas convicções que pouco mudaram, ante as constantes, complexas e dinâmicas transformações que, diuturnamente, perpassam sobre as cidades que denominamos de Cidades de Comando Regional.

O lembrete das duas inquietações e suas justificadas respostas, aqui em amostragem, nos posicionam para a última, que foi pensar, perante tudo o que foi discorrido e não é novidade, mas foi necessário questionar: O termo médio, sobre estas cidades, ainda consegue dar conta de explicar as realidades ímpares em diferentes recortes regionais do país? A proposição conceitual não nasceu ao mero acaso (reafirmando que também não deseja ser totalidade). Sua apresentação pressupõe um novo olhar. Este, considera ver e apreender tais cidades para além dos números: um novo esboço regional que se integra por e a partir de outras regionalidades.

Assim, outros ângulos de análise, acompanhados de novos critérios que deem possibilidade de ver as cidades em discussão, não como um número de “quadrados territoriais” (que nas últimas décadas, quantitativamente, têm crescido no Brasil) de intensas transformações em seus interiores e que aumentam espantosamente, via números (físico, econômico, produtivo, populacionalmente, etc.) ano após ano, devem se revestir do sentido que acompanha a exposição conceitual.

Cabe ainda reconhecer que o peso da responsabilidade da nova possibilidade nominal e conceitual ganha expansividade para além do senso acadêmico, e também do planejamento urbano regional. Lembramos aqui das velozes transformações às quais são submetidas tais cidades, conforme já discutido anteriormente, e assistimos a um ampliado conjunto de rebatimentos, em diferentes escalas de abrangência, dada suas funcionalidades, a partir de suas regiões.

Nesse sentido, os instrumentos da Política Urbana (Capítulo II, Lei 10.257/2001, Estatuto da Cidade), não somente pela sua existência, mas por seu devido uso, passam a ter importância alargada, oportunidade em que as cidades em análise poderão ser mais bem gerenciadas e humanamente habitadas, dado a cota de responsabilidades partilhadas, seja por parte dos cidadãos, seja pelos gestores e sujeitos de representação política.

Aos primeiros, suas contribuições se consubstanciam pelas cobranças da concretização do que reza esta lei. Aos gestores e políticos, o peso é maior, uma vez que, além de posicionarem ações, a partir dos conclames da população, também devem dar conta de suas obrigações perante a utilização dos instrumentos urbanísticos, econômicos, tributários e financeiros, previstos em lei, para atendimento das finalidades públicas, esforçando-se da melhor e mais justa maneira possível para gerir as receitas a sua disposição (FIORILLO, 2002).

Destes fatos, o ideal nominal de Cidades de Comando Regional, embute, no aspecto conceitual, possibilidades de leituras mais ampliadas do que são e representam estas cidades hoje. Como sombra desta conceituação, está o viés do planejamento urbano. Este se faz garantido pela lei apontada e que, se bem conduzido e respeitado politicamente, há de contribuir, para cidades mais justas, sustentáveis, menos segregadoras. A terra urbana, nesse sentido, do ponto de vista de seu acesso e direcionamento, quem sabe, possa se apresentar como parte e não apenas como acessório de usos e valor agregado do capital, capaz de reproduzir efeitos desiguais nos âmbitos intra e interurbano.

REFERÊNCIAS

- AGNEW, J. From the political economy of regions to regional political economy. 2000. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1191/030913200676580659>>. Acesso em: 17 maio 2016.
- ALBUQUERQUE, R. C. de. *Região urbana global Rio-São Paulo*: condições de viabilidade, razões para a integração. Relatório elaborado pelo Ipea no âmbito do projeto BRA/92/028. Rio de Janeiro, 1999.
- AMORIM FILHO, O.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: ANDRADE, T. A.; SERRA, R. V. (Org.). *Cidades médias brasileiras*. Rio de Janeiro: Ipea, 2001.
- AMORIM FILHO, O. B.; RIGOTTI, J. I. R. Limiares demográficos na caracterização das cidades médias. 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MIG_ST25_Amorim_texto.pdf>. Acesso em: 17 maio 2016.
- ANDRADE, T.; LODDER, C. *Sistema urbano e cidades médias no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea; Inpes, 1979.
- BRANCO, M. L. C. As cidades médias no Brasil. In: SPÓSITO, E. S.; SPÓSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Org.). *Cidades médias*: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI. *Estudo da dimensão territorial para o planejamento – Regiões de Referência*. Brasília: MP, 2008. Vol. III.
- BRAVO, M. T. D. Ciudades medias, planificación urbana y calidad de vida. *Revista Geográfica Venezolana*, Caracas, v. 38, p. 153-164, 1997.
- BREITBACH, Á. C. M. *Estudo sobre o conceito de região*. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 1988.
- BRENNER, N. Reestruturação, reescalonamento e a questão urbana. *Geosp: espaço e tempo*, São Paulo, n. 33, p. 198-220, 2013.
- CAMAGNI, R.; GIBELLI, M. C. *Developpement Urbain Durable*: Quatre Métropoles Européennes à l'épreuve. Paris: Datar; Éditions de L'Aube, 1997.
- CATTAN, N. et al. *Le Système des Villes Européennes*. Paris: Ed. Economica, 1994.
- CORRÊA, R. L. *O espaço urbano*. São Paulo: Ática, 2002.
- _____. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- _____. Construindo o conceito de cidade média. In: SPÓSITO, M. E. B. *Cidades médias*: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 23-33.
- CHOAY, F. *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- ESPON. *ESPON project 1.4.3. Study on Urban Functions*. Final Report. ESPON Coordination Unit in Luxembourg, 2007.
- FERRÃO, J.; HENRIQUES, E. B.; NEVES, A. O. Repensar as cidades de media dimensão. *Análise Social*, Lisboa, v. XXIX, n. 129, p. 1.123-1.147, 1994.
- FERRÃO, J. Cidades médias: superar a tirania da dimensão. In: MINISTÉRIO DO PLANO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO (MPAT) (Org.). *As cidades médias e o ordenamento do território*. Coimbra: CCRC, 1995. p. 11-17.
- FIORILLO, C. A. P. *Estatuto da Cidade Comentado – Lei 10.257/2001*: lei do meio ambiente artificial. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002. p. 49-57.
- FRANÇA, I. S. de et al. Cidade média, polarização regional e setor de educação superior: estudo de Montes Claros, no Norte de Minas Gerais. *Revista Formação*, Presidente Prudente, v. 2, n. 16, p. 52-70, 2009.
- FRESCA, T. M. Organização e dinâmica urbana: convergência e divergência na análise do urbano. *Geografia*, Rio Claro, v. 36, p. 17-25, set. 2011.
- GEIGER, P. P. Novas estruturas urbano regionais: a categoria região cidade global. In: SPÓSITO, M. E. (Org.). *Urbanização e cidades*: perspectivas geográficas. São Paulo: Unesp; FCT, 2001. p. 69-76.
- HALL, P. *Urban and regional planning*. 4. ed. New York: Routledge, 2002.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

- HORTÊNCIO, L. M. Cidade-região: revisão de conceitos a partir de uma perspectiva histórica. 2015. Disponível em: <http://xviananpur.com.br/anais/?wpfb_dl=175>. Acesso em: 14 maio 2016.
- HOWARD, E. *Cidades-jardins de amanhã*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Regiões de influência das cidades (Regic)*. Rio de Janeiro, 2008.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (Ipea); INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE); NÚCLEO DE ECONOMIA SOCIAL, URBANA E REGIONAL (Nesur). *Caracterização e tendências da rede urbana no Brasil*. Campinas: Unicamp; Instituto de Economia, 1999. V. I.
- KLINK, J. J. *A cidade-região: regionalismo e reestruturação no grande ABC paulista*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LIMA, J. G. *Dinâmicas urbanas em espaços sertanejos cearenses (Duesc): novas configurações do urbanos e ações imobiliárias em Sobral/CE*. 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral, 2014.
- MARQUES DA COSTA, E. P. V. da S. *Cidades médias e o ordenamento do território: o caso da Beira Interior*. 2000. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade de Lisboa, 2000.
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO (MPOG). *Regiões de diferença III: Estudo da dimensão territorial para o planejamento*, 2008.
- OLIVEIRA, H. C. M. de; SOARES, B. R. Cidade média: apontamentos metodológicos e tipologia. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 15, n. 52, p. 119-133, dez. 2014.
- PEREIRA, A. M. A propósito das cidades médias: algumas considerações sobre Montes Claros. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000165&pid=S1518-7012201300020001100027&lng=pt>. Acesso em: 12 maio 2016.
- PEREIRA, M. de P. A cidade como mercadoria: influências do setor privado na produção do espaço urbano. *Revista de Ciências Humanas*, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 446-460, jul./dez. 2013.
- PERROUX, F. Note sur la notion de pôle de croissance”. *Economie Appliquée* 7, p. 307-320, 1955.
- PONTES, B. M. S. As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas. In: SPOSITO E. S. (Org.). *Cidades médias: produção do espaço*, São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 327-346.
- ROCHEFORT, M. L'Organisation urbaine de l'Alsace. 1962. Disponível em: <http://www.persee.fr/doc/noroi_0029-182x_1962_num_33_1_1376_t1_0062_0000_2>. Acesso em: 10 mar. 2016.
- SÁNCHEZ, F. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial*. Chapecó-SC: Argos Editora Universitária, 2003.
- _____. *Buscando um lugar ao sol para as cidades: o papel das atuais políticas de promoção urbana*. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000093&pid=S0034-7612200700020000600021&lng=pt>. Acesso em: 13 mar. 2016.
- SANFELIU, C. B.; TORNÉ, J. M. L. 2005. *Mirada a otros espacios urbanos: las ciudades intermedias*. 2005. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-165.htm>>. Acesso em: maio 2016.
- SANTOS, M. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- _____. *A natureza do espaço – técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- _____. A divisão social do trabalho como uma nova pista para o estudo da organização espacial e da urbanização nos países subdesenvolvidos. In: SANTOS, M. *Da totalidade ao lugar*. São Paulo: Edusp, 2005. p. 55-75.
- SASSEN, S. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.
- SCOTT, A. et al. Cidades-regiões globais. *Espaço & Debates*, São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, n. 41, p. 41-25, 2001.
- SEIXAS, J. *A cidade na encruzilhada: repensar a cidade e a sua política*. Lisboa: Edições Afrontamento, 2013.
- SIMÕES, R.; AMARAL, P. V. Interiorização e novas centralidades urbanas: uma visão prospectiva para o Brasil. *Economia*, Brasília, v. 12, n. 3, p. 553-579, set./dez. 2011.

- SOUZA, M. V. M. et al. Reflexões sobre o conceito de cidade média e a configuração das estruturas comerciais varejistas e de serviços: o caso do bairro Planalto em Uberlândia (MG). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 10., 2007, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2007. p. 1-21.
- SPOSITO, M. da E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. São Paulo: Unesp; FCT, 2001. p. 609-643.
- _____. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 233-253.
- STAMM, C.; WADI, Y. M.; STADUTO, J. A. R. São as cidades médias responsáveis pelo espraiamento espacial da riqueza nacional? *Revista Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 2, p. 66-91, maio/ago. 2010.

NOTAS

- [1] Tomados pelos pensadores como referência para defender a ideia terminológica de cidade média.
- [2] Os propósitos dados às cidades enquanto classificação de média.
- [3] Fatores a serem considerados na escolha destas cidades para moradia e/ou investimentos.
- [4] Critério por nós pensado e não vislumbrado nas literaturas averiguadas. Traduz-se na necessidade de se pensar quais ações políticas de planejamento urbano estão sendo e/ou poderão ser pensadas e concretizadas para equilibrar e/ou sanar as dicotomias socioespaciais oriundas das dinâmicas de transformação destas cidades.